



JÉSSICA EUFRÁSIO
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

Decisão sobre presidência regional do União Brasil pode levar à saída de Fraga

A fusão do Democratas com o PSL, que resultou na criação do União Brasil, abriu precedentes para disputas internas sobre as lideranças regionais. No Distrito Federal, com Alberto Fraga (DEM — E) e Manoel Arruda (PSL — D) na concorrência, a escolha da executiva nacional pelo nome do advogado pode levar à saída do policial militar da reserva da sigla.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Arquivo Pessoal



Concorrência acirrada

O ministro e Manoel Arruda têm proximidade: além de ter sido indicado por Torres para a presidência do PSL-DF, o advogado assumiu cargos estratégicos na gestão do delegado federal à frente da pasta distrital de Segurança Pública e no MJSP. Agora, Fraga aguarda a finalização do processo de escolha do dirigente regional para anunciar se continuará ou não no União Brasil. “Para mim, é um constrangimento ficar disputando a presidência de um partido do qual fiz parte por quase 20 anos, que é o DEM”, criticou.

Crise interna

Enquanto o partido aguarda os protocolos da Justiça Eleitoral para oficialização do nome de Manoel Arruda como presidente da legenda, internamente, o entendimento é de que, caso saia, Alberto Fraga terá reconhecido que perdeu a queda de braço. Desde o anúncio da nomeação de Manoel Arruda, antecipado pela coluna, o clima azedou na sigla. O advogado contou com apoio de caciques do União Brasil, mas Fraga fala em interferências externas e menciona o chefe do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Anderson Torres, como um dos agentes no processo de definição.

Projeto pode mudar cargos no TJDF

A automação de tarefas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) levou a Corte a apresentar um projeto de lei (PL) que muda 196 postos de trabalho. A proposição transforma quatro funções de auxiliar e 192 de técnico judiciário em 118 cargos de analista. A justificativa da matéria destaca que há “crescente aumento da demanda de servidores para a atuação nos gabinetes e nas unidades da área finalística do órgão”. O texto chegou à Câmara dos Deputados no ano passado e deveria ser votado ontem, em regime de urgência, mas acabou fora da Ordem do Dia devido ao encerramento da sessão.

Composição da Corte

Cargos	Atualmente	Com o PL
Auxiliar judiciário	0,3%	0,3%
Analista judiciário	35,9%	37,7%
Técnico judiciário	63,8%	62%

TCDF determina suspensão de contrato da Novacap

Em decisão monocrática divulgada ontem, o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou a suspensão de um processo de contratação de serviços de rastreamento e monitoramento com tecnologia de posicionamento (GPS) pela Novacap. O motivo envolve o comando da empresa selecionada no pregão eletrônico, a Multi — Segurança Eletrônica e Patrimonial, que se encontra sob gestão da mãe do presidente da Câmara Legislativa, Rafael Prudente (MDB). A ordem atende a uma representação do Ministério Público de Contas do DF junto à Corte (MPJTCD), em documento que pedia a anulação do certame.

Evento coloca gestão pública em debate

Após três anos sem promover o 11º Congresso Consad de Gestão Pública por causa da pandemia, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração voltará com o evento na terça-feira, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O encontro reúne autoridades e especialistas para discutir a gestão pública no país. Neste ano, a programação de três dias terá entre os convidados o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Antônio Anastasia, a deputada federal Paula Belmonte (Cidadania-DF) e o governador Ibaneis Rocha (MDB), que discursará na abertura. O tema da edição será “Inovação e modernização administrativa para os estados”.



Dinilgação

Conhecidas de longa data

O ato das advogadas que pedem paridade de 50% entre homens e mulheres nas listas sêxtuplas do Quinto Constitucional cobra mudanças no artigo 94 da Constituição Federal. Nesta semana, representantes de 26 entidades do direito lançaram um movimento para levando o tema a representantes do Judiciário e do Legislativo. No Congresso Nacional, as parlamentares do DF que receberam o grupo foram Leila Barros (sem partido) e Celina Leão (PP) — que, no passado, chegou a ter aulas de direito previdenciário com uma das participantes, a advogada Thais Riedel.

“Esta Casa (Câmara dos Deputados) — de costas para a própria nação, de costas para mais de 50 mil pessoas que estavam aqui (em Brasília) lutando pela terra, lutando contra todos os pacotes de destruição que (estão) sendo urdidos no Palácio do Planalto e acatados de forma absolutamente acrítica por esta Casa — aprovou o PL do Veneno, em que vários agrotóxicos que são proibidos nos países de origem podem ser jogados aqui no Brasil!”

Érika Kokay (PT-DF),
deputada federal



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

“Ouvimos várias falácias chamando, por exemplo, os defensivos de veneno. Se olhar no campo, homens, mulheres, o pequeno agricultor, o agricultor familiar... Eles dependem, como toda a agricultura, dos defensivos. E temos um país com clima tropical, em que há necessidade de ter defensivos ainda mais específicos (...). Nossa agricultura depende de defensivos porque as pragas atacam as lavouras. Ficar chamando de 'marco do veneno', de 'projeto do veneno' é jogar contra a agricultura, o pequeno agricultor e contra a economia do Brasil”

Bia Kicis (União Brasil-DF),
deputada federal



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



SÓ PAPOS

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | LARISSA POLEJACK | PSICÓLOGA E DIRETORA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA UNB

Traumas causados pela pandemia e o adoecimento emocional coletivo precisam de mais assistência do sistema de saúde

Legado perigoso para a saúde mental

» ARTHUR RIBEIRO*

Os impactos da pandemia na saúde mental da população e as perspectivas da retomada à normalidade — com a redução das medidas de controle sanitário — foram abordados pela

psicóloga e diretora de Atenção à Saúde da Universidade de Brasília, Larissa Polejack. Em entrevista à jornalista Carmen Souza, ontem, durante o programa CB.Saúde, uma parceria do Correio com a TV Brasília, a especialista também falou sobre a importância de ampliar os

investimentos públicos em saúde mental, destacou os impactos da sobrecarga de trabalho nos profissionais de saúde e demonstrou preocupação com o acúmulo de crises vivenciadas no momento atual. Confira, a seguir, as principais falas da entrevistada.

Depois de dois anos de pandemia, como estamos do ponto de vista de saúde mental?

Estamos bastante atrasados. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem alertado sobre a importância dos governos desenvolverem ações de promoção da saúde mental desde o início da pandemia, justamente para tentar mitigar o impacto, mas muito pouco foi feito. O impacto na saúde mental é diferente do epidemiológico, a gente tem outros parâmetros para avaliar.

Esses parâmetros consideram outras crises atuais, como a econômica?

Quando estamos falando de saúde, ela é diretamente impactada pelas questões sociais. Não tem como eu fechar meus olhos para a crise financeira, a perda do

emprego, para a falta de perspectiva e achar que isso não vai trazer um impacto. Por isso, é tão importante que as ações sejam também setoriais. Então, a resposta a uma pandemia não é só no setor saúde, no sentido dos profissionais que estão ali atendendo, precisa envolver todos os setores da sociedade. Se não fizemos antes, é um apelo, que façamos agora, porque, se não cuidarmos de fato do adoecimento da nossa população, o agravamento das questões de saúde mental vai nos acompanhar por muito tempo.

Como esses sintomas estão chegando ao consultório? Como saber que alguém está precisando de ajuda?

São vários sinais que vão indicando para a gente que alguma coisa não anda bem. O consumo

abusivo de álcool e outras drogas é um deles, mas, por exemplo, a dificuldade de sono, a insônia ou o sono em excesso são outros sinais. A tristeza que vai se persistindo, o desânimo, a perda de prazer em coisas que antes eram muito importantes, também. Então, é muito importante que a gente fique atento e se acolha, porque, às vezes, existe ainda um preconceito com relação às questões de saúde mental, como se você tivesse que dar conta de tudo o tempo todo. E se não der, o problema é seu. Assim, muitas pessoas têm vergonha de pedir ajuda, de falar sobre isso, e não é verdade. Acabamos de falar que nós todos estamos vivendo um adoecimento coletivo em função de todas as situações que estão acontecendo.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Podemos falar em consequências psicológicas em função das sequelas da covid-19?

Estamos vendo sequelas neurológicas, como perda de memória, dificuldade de concentração, além da questão olfativa, que, para algumas pessoas, não retornou. Isso tudo precisa ser olhado, a gente precisa de ação para cuidar dessas pessoas também nesse processo de reabilitação. Nosso sistema de saúde é pensado para a ótica do agudo, mas é muito importante entender que as cronicidades demandam igual atenção, porque a gente precisa pensar em uma lógica de acompanhamento em processo.

E em relação aos profissionais de saúde, em que medida o esgotamento mental está relacionado com a pandemia?

Vários estudos apontam que aumentaram as taxas de depressão, ansiedade, uso de substâncias psicoativas e a dificuldade de sono nos profissionais de saúde. Eles estão expostos o tempo todo, não apenas ao vírus, mas a tudo que vem junto com ele. As perdas, o medo de se contaminar, assistir diariamente ao sofrimento de outras pessoas, a falta de perspectiva de mudança, isso tudo vai gerando mais adoecimento. E são essas pessoas que

precisam estar bem para cuidar de outras pessoas. A gente fala o tempo todo que o governo está investindo no aumento de leitos de UTI, o que é muito importante, fundamental, mas a gente não ouve falar em nenhum momento que o governo está investindo no fortalecimento da rede de atenção psicossocial, na contratação de novos profissionais de saúde mental, no apoio aos profissionais que estão atendendo.

Diante de todo esse cenário, como fica a volta à normalidade?

Fico extremamente preocupada com esse tipo de notícia que diz “pronto, acabou, voltamos ao normal”. A máscara vai fazer parte da nossa vida por muito tempo, e temos que compreender isso. Esse tipo de negação da realidade acaba nos colocando mais tempo nessa condição. Quanto mais tempo ficamos em uma condição de risco e perigo iminente, maior o risco de desenvolver outros tipos de transtorno. É uma bola de neve, e a saúde mental sofre muito com isso.

*Estagiário sob a supervisão de Juliana Oliveira